

SAÚDE E AMBIENTE

V.8 • N.3 • 2021 - Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3798

ISSN Impresso: 2316-3313

DOI: 10.17564/2316-3798.2021v8n3p444-457



## REFLEXÕES ACERCA DOS IMPACTOS BIOPSISSOCIAIS DO VAZAMENTO DE ÓLEO NA COSTA BRASILEIRA

REFLECTIONS ABOUT THE BIOPSYCHOSOCIAL IMPACTS  
OF OIL SPILLS ON THE BRAZILIAN COAST

REFLEXIONES SOBRE LOS IMPACTOS BIOPSISSOCIALES DE LAS  
DERRAME DE OLEO EM LA COSTA BRASILEÑA

Lilian da Silva Cardoso<sup>1</sup>

Mariana Costa Ferreira<sup>2</sup>

Isabelle Iorrane Reis do Nascimento<sup>3</sup>

Cleberon Franclin Tavares Costa<sup>4</sup>

### RESUMO

O debate acerca dos desastres e das situações de emergência ganhou destaque nos últimos anos, já que esses são eventos com alto potencial para desencadear uma série de consequências físicas, psíquicas e sociais. Objetiva-se discutir os aspectos biopsicossociais referentes ao derramamento de óleo em 2019 no litoral brasileiro. O estudo é de caráter bibliográfico, oriundo de um Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia, realizado por meio de dados secundários, já coletados e analisados. Esses são dados governamentais; não-governamentais; e estudos científicos publicados em periódicos com revisões por pares, com data de agosto de 2019, início da visualização do óleo no litoral brasileiro, até novembro de 2020, período de finalização deste estudo. Quanto aos resultados discutidos, inicia-se por meio do histórico do fato e as suas consequências socioambientais, danos à fauna e flora, assim como à vida daqueles que dependem das atividades no mar, como pescadores, consumidores e voluntários. Discute e evidencia fragilidades nas políticas ambientais brasileiras, principalmente no que tange ao Plano Nacional de Contingência, pelo retardo no acionamento deste. Pauta-se ainda a contribuição da Psicologia nas dimensões biopsicossociais, nas subjetividades e idiosincrasias dos seres humanos frente à resiliência, luto, noção de pertencimento/vínculo com o lugar e vulnerabilidades sociais. Conclusivamente, reflete-se acerca do *gap* de ações governamentais amplas, que possam auxiliar na reparação de danos, na esfera humana, com ações focadas na dimensão biopsicossocial, ou voltadas à recuperação dos ecossistemas atingidos.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Psicologia, Psicologia Ambiental, Desastre Ambiental.

## **ABSTRACT**

The debate about disasters and emergencies situations has gained prominence in recent years, as these are events with high potential to trigger a series of physical, psychological and social consequences. The objective is to discuss the biopsychosocial aspects related to the oil spill in 2019 on the Brazilian coast. The study is bibliographical in nature, carried out through secondary data, already collected and analyzed. These are government data; non-governmental organizations; and scientific studies published in peer-reviewed journals, dated August 2019, beginning of the visualization of oil on the Brazilian coast, until November 2020, period of completion of this study. As for the results discussed, if it starts through the history of the fact and its socio-environmental consequences, damage to fauna and flora, as well as to the lives of those who depend on activities at sea, such as fishermen, consumers and volunteers. It discusses and highlights weaknesses in Brazilian environmental policies, especially with regard to the National Contingency Plan, due to the delay in its activation. The contribution of Psychology is also highlighted in the biopsychosocial dimensions, in the subjectivities and idiosyncrasies of human beings in face of resilience, mourning, the notion of belonging/link to place and social vulnerabilities. Conclusively, it reflects on the gap of broad governmental actions, which can help to repair damage, in the human sphere, with actions focused on the biopsychosocial dimension, or aimed at the recovery of affected ecosystems.

## **KEYWORDS**

Psychology, Environmental Psychology, Environmental Disaster.

## **RESUMEN**

El debate sobre desastres y situaciones de emergencia ha cobrado protagonismo en los últimos años, por tratarse de eventos con alto potencial de desencadenar una serie de consecuencias físicas, psicológicas y sociales. El objetivo es discutir los aspectos biopsicosociales relacionados con el derrame de petróleo de 2019 en la costa brasileña. El estudio es de carácter bibliográfico, realizado a través de datos secundarios, ya recopilados y analizados. Estos son datos del gobierno; organizaciones no gubernamentales; y estudios científicos publicados en revistas arbitradas, con fecha de agosto de 2019,

inicio de visualización de petróleo en la costa brasileña, hasta noviembre de 2020, período de finalización de este estudio. En cuanto a los resultados comentados, se parte de la historia del hecho y sus consecuencias socioambientales, daños a la fauna y flora, así como a la vida de quienes dependen de las actividades en el mar, como pescadores, consumidores y voluntarios. Discute y destaca las debilidades en las políticas ambientales brasileñas, especialmente en lo que respecta al Plan Nacional de Contingencia, debido al retraso en su activación. El aporte de la Psicología también se fundamenta en las dimensiones biopsicosociales, en las subjetividades e idiosincrasias del ser humano ante la resiliencia, el duelo, la noción de pertenencia / vínculo al lugar y las vulnerabilidades sociales. De manera concluyente, reflexiona sobre la brecha de amplias acciones gubernamentales, que pueden ayudar a reparar daños, en la esfera humana, con acciones enfocadas en la dimensión biopsicosocial, o dirigidas a la recuperación de ecosistemas afectados.

## PALABRAS CLAVE

Psicología, Psicología Ambiental, Desastre Ambiental.

## 1 INTRODUÇÃO

A Psicologia, ciência e profissão, atua, desde a Segunda Guerra Mundial, em situações de desastres e emergências, na busca da ressignificação de situações traumáticas e no fortalecimento da humanização como garantia de direitos. Estudos mostram os trabalhos, eficácia e capacitação profissional, fatores importantes no enfrentamento do trauma, desenvolvimento das estratégias de *coping*<sup>5</sup> e prevenção do potencial traumático para determinado evento em intempestividade de término (FAVERO *et al.*, 2014).

Para organizar as políticas e ações desenvolvidas, o governo brasileiro dispõe do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), no qual está a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), órgão responsável por orientar ações de proteção e defesa civil, com o apoio regional, estadual e municipal, com a finalidade de reduzir os riscos e desastres, pautando-se na prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Para catalogar e monitorar os desastres naturais, existem o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, com registros dos anos de 1991 a 2012 e o Anuário Brasileiro de Desastres Naturais, produzido pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), criado em 2012 (BRASIL, 2013).

Desastres comumente provocam comoção, principalmente quando há vítimas, e proporcionam debates e reflexões sobre o que poderia ter sido feito para evitá-lo, ou pelo menos minimizar as suas

---

5 Coping é um conjunto de estratégias, cognitivas ou comportamentais, para lidar com demandas específicas, sejam elas internas ou externas, que geralmente surgem em situações estressantes, crônicas ou agudas.

consequências. Sendo assim, as manchas de óleo que atingiram o litoral nordestino no dia 30 de agosto de 2019, no município de Conde, Paraíba, necessitam ser analisadas para que se fomente discussões no campo da Psicologia dos Desastres e Situações de Emergências.

Neste estudo faz-se um compilado de informações e discussões no tocante ao derramamento de óleo no litoral brasileiro em 2019 como uma problemática atual de políticas ambientais, ao considerar a atuação da Ciência Psicológica e o aparato de Saúde Pública, especificamente de Saúde Mental do país, nas situações de emergências e desastres. É um conteúdo crítico e justifica-se por sua essencialidade em abordar a ineficiência do Estado frente a questões emergentes e de vulnerabilidades sociais. Portanto, o objetivo deste é discutir os aspectos biopsicossociais e a atuação da Psicologia nas ações governamentais referentes a esse evento.

## 2 MÉTODO

Trata-se de um estudo bibliográfico, realizado por meio de dados secundários. Para elucidar e discutir os pressupostos apresentados, optou-se por realizar buscas em três diferentes fontes, para obtenção de dados sobre o acidente: 1) Dados Governamentais; 2) Dados de Instituições Não-Governamentais da área ambiental (ONG); 3) Dados de Estudos Científicos publicados em periódicos com revisão por pares (FIGURA 1).

**Figura 1** – Ilustração acerca do caminho metodológico do estudo



Fonte: Elaborado pelos autores

O marco temporal da busca bibliográfica foi de agosto de 2019, data do início da visualização do óleo no litoral brasileiro, até novembro de 2020. Para tal estudo, utilizaram-se os descritores “vazamento de óleo”; “psicologia”; “desastres”; “impactos psicológicos”; “desastres ambientais”; e “pesca-

dores”, nas bases de dados científicos “Google Acadêmico” e “SciELO”. Foram desconsideradas informações apresentadas somente via veículos jornalísticos, sem o fundamento de uma das três fontes inclusive supracitadas.

Mediante compilação dos dados das três fontes e em concordância com o objetivo do estudo, os dados foram apresentados e discutidos em três tópicos: 1) Dados sobre o Derramamento de Óleo e suas Consequências Socioambientais; 2) Discussão de Política Ambiental; 3) Dimensão Biopsicossocial.

Sobre os aspectos éticos em pesquisa científica, o estudo obedece às normativas estabelecidas pelos órgãos responsáveis, utiliza-se apenas de dados de domínio público e não realizou intervenção direta com seres humanos, dispensando a necessidade de apreciação e validação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compilação de informações sobre o derramamento de óleo em 2019 no litoral brasileiro revela as grandes proporções socioeconômicas que resultaram e continuarão a suceder consequências imprevisíveis de danos, tanto à vida marinha, como à vida de pessoas que dependem das atividades no mar para sobreviver (ARAÚJO *et al.*, 2020; IBAMA, 2020).

Há um aumento gradativo nos impactos do desastre, uma vez que no dia 12 de novembro de 2019 as manchas de óleo tinham atingido 877 locais, espalhados por 127 municípios (WWF BRASIL, 2019; IBAMA, 2020), e, no dia dois de fevereiro de 2020, data do último levantamento feito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – site oficial utilizado para a divulgação dos resultados, elas chegaram a 130 municípios, 1009 localidades, em 11 estados.

Estima-se que cerca de 5.000 toneladas de resíduos foram coletadas, tanto no litoral quanto no Sudeste do país, tornando esse acidente a maior tragédia ambiental com petróleo da história do Brasil. Em junho de 2020 as manchas, que haviam sido amenizadas por esforço da população, apareceram novamente, como vestígios do derramamento (WWF BRASIL, 2019).

O acidente em questão possui caráter emergencial quanto à saúde pública, uma vez que representou risco para aproximadamente 360 mil pescadores artesanais nordestinos e, além desses, para os banhistas, consumidores de pescados, trabalhadores de limpeza urbana, marisqueiras, com destaque para gestantes, crianças e idosos, caracterizados como grupo de risco (BRITO, 2020; PENA *et al.*, 2020). Dessa forma, até o início de dezembro de 2019, Pernambuco notificou 154 casos com suspeita de intoxicação, sendo em sua maioria por via cutânea e respiratória, do sexo masculino, entre 19 e 59 anos (PERNAMBUCO, 2019).

Em fevereiro de 2020, a Fiocruz (BRITO, 2020) constatou que esse óleo é petróleo cru, ou seja, uma mistura de contaminantes químicos orgânicos voláteis e substâncias altamente tóxicas, como benzeno, tolueno, etilbenzeno, xileno, hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, dentre outros produtos químicos. Tais substâncias podem ocasionar reações na pele, efeitos respiratórios, neurológicos, mutagênicos e cancerígenos, lesões no fígado e rins, nos casos mais graves e, nos mais leves, sintomas como cefaleia, náuseas, vômito e diarreia.

Além disso, no que tange a vida marinha, o IBAMA (2020) identificou 159 animais atingidos (aves, mamíferos marinhos, tartarugas marinhas e outros), com a morte de 112 desses. Nas praias do Forte, Itacimirim, Guarajuba e Aí (Estado da Bahia) ocorreu uma diminuição de 46,88% da quantidade de espécies e 65,92% no número de animais vivos, de acordo com o Grupo de Estudos em Ecologia Marinha e Costeira do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (BRITO, 2020).

Ainda em território baiano, foi encontrado óleo no trato digestivo e respiratório dos peixes, moluscos e crustáceos (ARAÚJO *et al.*, 2020). Para minimizar os danos na fauna, a Fundação Projeto Tamar (2019) (órgão não governamental) atuou no monitoramento das praias de Sergipe e do litoral Norte da Bahia, local prioritário para a reprodução e conservação das tartarugas oliva (*Lepidochelys olivacea*), cabeçuda (*Caretta caretta*) e de-pente (*Eretmochelys imbricata*), três das cinco espécies existentes no país.

### 3.1 DISCUSSÃO DE POLÍTICA AMBIENTAL

O Brasil já vivenciou significativos desastres petrolíferos, mas nos últimos anos, com a tragédia das cidades de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, as queimadas e as manchas de óleo no litoral do Nordeste em 2019, é palco de desastres ecológicos que nos levam a discutir criticamente suas políticas ambientais de prevenção e respostas a esses acidentes. As manchas de óleo, por exemplo, ainda que sejam um evento marcado por incertezas, já é considerado um dos derramamentos mais graves do mundo, embora sem informações dos precedentes e com a desmobilização operacional realizada (DISNER; TORRES, 2020).

Mesmo a tragédia, sendo de grande proporção biopsicossocial, com parecer emergencial e o Brasil possuir quatro categorias de planos no combate à poluição causada por derramamento de óleo, conforme a Lei nº 9.966 de 2000, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC) só foi acionado pelo Ministro do Meio Ambiente 41 dias após o início da problemática (OLIVEIRA, 2019; ARAÚJO *et al.*, 2020). Por isso, o desastre em questão levanta uma discussão de política ambiental e saúde pública fragilizada, as quais mostram-se despreparadas para enfrentar a gravidade e o impacto de eventos semelhantes, na saúde populacional, ao nível de emergência de saúde pública.

O primeiro ponto a ser considerado é a ausência de informação à população em tempo hábil. As primeiras manchas apareceram em 30 de agosto, mas só em 24 de outubro o Ministério da Saúde e a Marinha divulgaram, oficialmente, recomendações sobre o não contato com o material. As diversas formas de exposição, a grande quantidade de produto e sua composição altamente tóxica e carcinogênica, não dispensam a análise de riscos a curto, médio e longo prazo, pois estudos mais recentes mostram que os impactos da poluição petrolífera podem passar de 50 anos na cadeia alimentar (DISNER; TORRES, 2020; PENA *et al.*, 2020).

O Decreto Federal 8.127 de 2013 e o protocolo do **Plano Nacional de Contingência (PNC)**, com a Operação Mácula da Polícia Federal do Rio Grande do Norte, não se mostraram suficientes para esclarecer os precedentes do ocorrido, até o momento. O que dificulta as ações é o fato do Brasil não ter um sistema operacional de monitoramento voltado a essas observações do mar. Contudo, a análise da Marinha percebeu um “falso positivo” para supostos navios gregos que passaram na rota

do derramamento, por isso, a atual hipótese é de o vazamento ter partido de um “navio fantasma”, ou seja, embarcações irregulares transportadoras de cargas sem identificação. Com isso, por ser uma situação ainda mais grave, não dá flexibilidade para achar os responsáveis do desastre, de modo que assumam todos os danos, principalmente os irreparáveis (DISNER; TORRES, 2020).

O petróleo bruto é pesado, denso, intemperizado, tem baixa volatilidade e possui alto grau de degradação, portanto, espera-se que ele persista no meio ambiente e detenha alto potencial de asfixia para organismos marinhos (DISNER; TORRES, 2020). Ainda assim, o Ministério da Saúde não acionou medidas emergenciais em relação à saúde da população e as autoridades propagaram informações desconstruídas, sem base técnica sobre o consumo dos mariscos e pescados, o que afetou brusca-mente os trabalhadores da pesca (PENA *et al.*, 2020). Além disso, os órgãos ignoraram o que é recomendado por especialistas, com a limpeza o mais rápido possível.

A dimensão do desastre explana a necessidade de ter sido declarado um estado de emergência em saúde pública e um gabinete de crise, com base na portaria nº 2.952/2011 do Ministério da Saúde, mas nos últimos dois anos, o cenário político afetou diretamente a legislação ambiental brasileira com mudanças claras para enfraquecer autoridades e licenciamentos. Com essas mudanças, o controle do desmatamento e a exploração petrolífera foram fortemente ampliados. Esse cenário, unido aos dados trazidos e discutidos neste estudo, corrobora com a afirmativa de negligência do Estado, bem como, à impunidade aos responsáveis pelos recentes crimes ambientais ocorridos no país (PENA *et al.*, 2020).

### 3.2 DIMENSÃO BIOPSISSOCIAL

Na discussão de um modelo de atenção biopsicossocial, desde 1946 a Organização Mundial da Saúde (OMS) reformulou o conceito de saúde e, o que antes era entendido como a ausência de doenças, passou a ser compreendido como um completo bem-estar físico, psíquico e social. Esse modelo visa garantir maiores níveis de saúde e condições de vida, para além do modelo biomédico, centrado no corpo humano. Cabe aos profissionais a percepção do ser humano de forma contextualizada diante de suas particularidades e meios de inserção.

Em consonância com o modelo em questão, na perspectiva de saúde mental, também estão envolvidos fenômenos biológicos, psicológicos e sociais, as interações entre esses aspectos são fatores determinantes para a sua prevenção, promoção e manutenção. Faz-se necessário aos profissionais da área ter um entendimento aprofundado, já que em situações de desastres e emergências pode haver uma ruptura dos fatores psicossociais. Um acidente abrangente como o derramamento de óleo na costa brasileira, não considera apenas o evento físico, mas expõe as condições e os graus de vulnerabilidade socioambiental do lugar em que atinge, nesse sentido há uma relação linear entre vulnerabilidade do local e magnitude do evento (RAFALOSKI, 2017).

Eventos socioambientais permitem perceber a vulnerabilidade e três elementos em sua formação: a fragilidade, exposição e a resiliência. Freitas e colaboradores (2012) destacaram que as vulnerabilidades ameaçam os meios de sobrevivência e de vida, com a escassez de elementos básicos e dignos de bem-estar, como alimentos, água potável, habitação, educação, saúde, acesso aos diversos serviços. Esses aspectos agravam a situação e interferem na perda das capacidades de redução dos riscos

e na construção da resiliência, fato que pode ser visualizado por meio da fala de uma marisqueira, trazida no estudo de Araújo e colaboradores (2020), em que ela diz não ter dinheiro e não poder deixar de dar comida aos filhos, restando-lhe apenas os “pescados”, mesmo que contaminados, já que o Governo não participava de forma ativa, dando o auxílio necessário.

Nos dias 11 e 12 de dezembro de 2019, no Instituto Gonçalo Moniz (FIOCRUZ - BAHIA), ocorreu o Seminário “Derramamento de Petróleo e Impactos na Saúde”, no qual foi promovida uma reunião com a presença de pesquisadores, representantes de comunidades pesqueiras e órgãos públicos, com a finalidade de debater os impactos do acidente, com vista à saúde da população e o meio ambiente. Nessa, a representante do Ministério da Saúde levantou a indispensabilidade de se prestar atendimento psicossocial às vítimas do acontecido, identificando os trabalhadores afetados e as suas principais demandas, de modo a criar possibilidades de adaptação.

O que se observa é que poucas ações foram planejadas para reparação da saúde mental dos indivíduos, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, como também não se pensou estrategicamente em possibilidades de diminuição dos danos. A atuação foi apenas de forma econômica e a curto prazo, o que não condiz com as reais necessidades e demandas, já que não se tem, até o momento, uma estimativa dos danos a longo prazo e essas consequências precisam ser pensadas e minimizadas.

O estado de Pernambuco destaca-se pela alta mobilização de toda a população, principalmente no auxílio voluntário para a contenção do óleo. Em 12 de novembro, a *World Wide Fund For Nature* (WWF BRASIL, 2019) apontou a sensibilização e a ajuda da população na remoção dos resíduos, ao divulgar que seria feita a distribuição de Equipamento de Proteção Individual (EPI). Por meio do infográfico da Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde-PE (PERNAMBUCO, 2019), neste estado, a mobilização social aumentou de forma vertiginosa, sendo necessária a ampliação das explicações a respeito das formas de contenção e proteção. Realizou-se capacitação em massa de profissionais da área da saúde, para estarem aptos a trabalhar frente ao grupo de pessoas intoxicadas, porém, não se encontrou atuantes na saúde mental.

O estudo da Fiocruz (BRITO, 2020) aponta que os mais atingidos pela fome foram os pescadores e marisqueiras, em virtude da interrupção de suas atividades, com fortes consequências no sustento de suas famílias. Araújo e colaboradores (2020), ao estudar indivíduos envolvidos no acidente, o qual ouviu mulheres, homens, pescadores, feirantes afetados ou não, mostram uma redução significativa na venda de pescados nos meses de outubro e novembro de 2019. Mesmo com a retirada do óleo, os comerciantes não conseguiram vender os seus produtos. Como medida alternativa de contenção dos danos, foi aprovado um auxílio federal no valor de R\$ 1.996,00, em duas parcelas, para 65.983 pescadores artesanais (BRASIL, 2019).

A insuficiência financeira também é visível em relação à aquisição de produtos básicos, tanto de higiene quanto de alimentação. A possível inadimplência em pagamentos potencializa as consequências biopsicossociais do grupo afetado e os impactos estenderam-se até o turismo, o que dificultou o trabalho desta classe de comerciantes. O consumo pessoal dos mariscos nas famílias locais, em contrapartida, continuou acontecendo em função da escassez de trabalho. Cientistas da Universidade de São Paulo expõem a falta de transparência e medidas de segurança mais abrangentes adotadas pelo Governo Federal na contenção do derramamento de óleo, por mais que esses cuidados sejam garantidos pela Constituição Federal (ARAÚJO *et al.*, 2020).

Apesar do auxílio, é importante ressaltar a forma de exposição ocupacional que eles possuem. A pesca é uma marca existencial para as comunidades que vivem disso, assim, crianças, jovens e adultos se envolvem nas atividades laborais, com jornadas de trabalho extensas e nenhum direito ou proteção ativos. A não realização de exames periódicos, ausência de equipamentos de proteção individual e de treinamento para o uso, constante exposição, falta de informação, mostram as vulnerabilidades de uma comunidade que recebe, em média, metade de um salário mínimo para sobreviver (PENA *et al.*, 2020).

Mediante exploração de falas apresentadas no estudo de Araújo e colaboradores (2020), é possível perceber que as relações dos pescadores e marisqueiros com as atividades pesqueiras trazem diferentes sentidos e estabelecem conexões complexas. A pesca é vista não só como uma fonte de renda, um meio de conseguir alimento, mas, sim, como marca existencial, carregada de afeto e orgulho. “A gente sempre comeu o que vem das nossas águas, e é de graça, fruto de nosso trabalho, é uma dádiva de Deus ser pescador[...]” (ARAÚJO *et al.*, 2020, p. 4).

O meio é carregado de sentidos e significados, atribuídos pela subjetividade humana, ou seja, não é um mero espaço, está para além disso, uma vez que ganha características próprias: afetivas, simbólicas, de pertencimento, logo, é o espaço vivido. Para chegar ao pertencimento, houve um profundo envolvimento com o local, para tanto, quando esse lugar sofre consequências ambientais, os efeitos também serão sentidos pelos seres que ali habitam. Em situações de desastres e emergências, a continuidade ou permanência do ser humano está ameaçada, já que os lugares (físicos) são colocados em risco e, conseqüentemente, a constituição de si mesmo, a própria identidade (MARANDOLA JUNIOR, 2017).

Desastres também têm um elevado potencial traumático e ficar exposto por muito tempo a uma ameaça, sem saber exatamente quando será o seu término, pode acarretar altos níveis de estresse e interferir na saúde psicológica e na sensação de segurança quanto ao futuro. Esses fatores podem ser vivenciados na estação seca, por exemplo, como apontam Mcfarlane e Norris (2006), todavia, o mesmo pode ser aplicado no caso do derramamento de óleo, em razão de ambos causarem consequências a longo prazo e, no caso do ocorrido no litoral, principalmente por falhas nas esferas públicas de contenção dos danos, não há previsibilidade de se chegar a uma solução plausível, já que as vulnerabilidades acabam por evidenciar a realidade desses povos e potencializar os efeitos do acidente.

Quando inserida nos conteúdos de emergências e desastres, a Psicologia instaura um viés focado na assistência comunitária ao considerar as subjetividades de cada sujeito afetado, por meio do planejamento de intervenções focadas na contenção de ansiedade e descarga emocional. Ainda assim, possibilitou condutas participativas do grupo no intuito de ampliar a solidariedade, ou seja, o papel da Psicologia encontra-se na busca de sentido singular ao que foi vivenciado (TRINDADE; SERPA, 2013).

Olavo Sant’Anna Filho, psicólogo atuante no desastre de Brumadinho, afirma que o tema da Psicologia em desastres volta-se a cuidar e prevenir as graves consequências psíquicas dos atingidos. A atuação tem evoluído do individual para o coletivo, com a mudança do *setting* terapêutico tradicional e com o acolhimento sendo realizado onde é possível e mais confortável para a vítima. O atendimento grupal permite que as pessoas ali envolvidas compartilhem dos mesmos sentimentos e trabalhem juntas nessa recuperação (SANT’ANNA FILHO, 2019).

No pós-desastre, o aparecimento de sintomas é considerado normal e o ideal é que as avaliações psicológicas sejam mais voltadas à psicodinâmica dos indivíduos. Não que o uso de escalas e testes

deva ser descartado, mas o seu uso pode não fornecer dados suficientes e eficientes, visto que, “protocolos internacionais que são traduzidos, mas não são adaptados para a realidade brasileira, não trazem benefício algum” (SANT’ANNA FILHO, 2019).

Conforme Weintraub (2015), com base nas práticas desempenhadas por cerca de 30 dias nas regiões serranas do Rio de Janeiro, em 2011, após grandes deslizamentos de terra, a Psicologia se fez presente, atuando junto a uma equipe composta por coordenadores de saúde mental, médicos, profissionais de logística e enfermeiros. Essas foram iniciadas com medidas de atendimentos por acolhimento aos sujeitos vítimas dos desastres, momentaneamente, já a outra parte da equipe se fez presente no ambiente do ocorrido, na percepção das singularidades da situação e das demandas existentes, tendo em vista a dinâmica de saúde do local, assim como a estrutura de gerenciamento que envolve o acontecido.

Nas intervenções em que o psicólogo esteve ativo, foi apresentado um planejamento das práticas, tendo como primeira atuação a avaliação inicial da população e a compreensão de aspectos como o nível de participação social dessa, em ações comunitárias e grupais. A gestão é também um dos pontos interventivos, em que o profissional da saúde mental presta o auxílio na busca por estratégias de enfrentamento do grupo. Discussões de casos e treinamentos sobre cuidados gerais são ofertados para os trabalhadores na linha de frente, bem como, o desenvolvimento do processo de sensibilização da população por discussões, palestras, panfletos e acolhimentos prestados à comunidade constantemente (WEINTRAUB, 2015).

O profissional deve atuar, também, na construção de políticas públicas (PP) para o enfrentamento de crises, com planos que organizam e direcionam da melhor forma os recursos na prevenção e atuação em emergências, assim como na fiscalização das PP. Quanto à saúde mental, na estruturação de estratégias de intervenções contextualizadas, combinadas com os mecanismos locais (públicos, essencialmente, mas também de organizações civis) de manejo da crise, ou seja, ao atuar, deve-se planejar propostas de intervenções junto à esfera civil. É importante ter em mente que necessidades básicas como comida, água, abrigo, um mínimo de conforto físico e emocional, devem ser prioridade e representam aspectos da saúde mental, por mais que não sejam atribuições diretas do psicólogo (NOAL *et al.*, 2013).

## 4 CONCLUSÃO

Nos últimos cinco anos o Brasil foi palco de grandes acontecimentos que chamaram a atenção pelo rompimento da vida humana. Em decorrência desses ocorridos, surge a necessidade de ampliação dos olhares para as subjetividades dos indivíduos ou grupos, na garantia de condições dignas para as existências dos mais vulneráveis e do meio ambiente. Ainda que a indispensabilidade seja evidente, a atuação psicológica emergencial, até então, é limitada nesses espaços pela insuficiência acadêmico-científica de produções. Por meio deste trabalho, é discutida e analisada a importância do aperfeiçoamento das práticas psicológicas em situações de desastres, desde proporcionar o resgate da autonomia e das singularidades nas populações atingidas, até a minimização das vulnerabilidades desses sujeitos como dever do Estado.

Mesmo diante de sua competência em analisar questões subjetivas, traumáticas e potencializadoras do indivíduo, a literatura teórico-metodológica da Psicologia não instrumentaliza práticas no contexto emergencial ou desenvolve políticas públicas e normas técnicas que orientam os profissionais a planejar e executar ações de prevenção, preparo e resposta a situações emergentes e desastres. Discutir tais eventos é um desafio necessário para que sejam desenvolvidas atuações mais engajadas com as problemáticas psicossociais.

Conclui-se, também, que o acidente do derramamento de óleo na faixa litorânea do Nordeste brasileiro em 2019, quando pensado em consonância a outros acontecimentos, evidencia o descaso governamental na resposta e recuperação de ecossistemas afetados, seja por ação do homem ou forças da natureza. Assim, demonstra a fragilidade em políticas ambientais do país e a negligência do Estado em lidar com questões de cunho biopsicossocial em populações atingidas, a qual significa negar direitos e acessos às pessoas que têm sua existência marcada por um impacto potencialmente traumático.

A discussão deste estudo alerta para as consequências ainda mais catastróficas do ocorrido por falta de um plano de medidas emergenciais e a insuficiência de informações sobre a toxicidade das substâncias do óleo, também o caráter emergencial em saúde pública do aparecimento das manchas, com a atenção voltada às possíveis consequências. A demora para acionamento do Plano Nacional de Contingência e o não esclarecimento de dúvidas sobre os precedentes do acidente, é cabível de críticas à atual gestão ambiental do país, a qual complexifica a realização das práticas de auxílio biopsicossociais necessários.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. E. *et al.* Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente: consequências imediatas do vazamento de petróleo no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Cad Saúde Públ.**, v. 36, n. 1, e00230319, 2020.

BRITO, D. O óleo ainda ameaça saúde nas praias: meses após coleta de óleo em praias do Nordeste, comunidades pesqueiras seguem sofrendo os impactos do derramamento. **Radis** – Fiocruz, 1 fev. 2020. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/oleo-ainda-ameaca-saude-nas-praias#:~:text=Em%20agosto%20de%202019%2C%20o,%20desenvolvimento%20de%20atividades%20econ%C3%B4micas>. Acesso em: 20 set. 2020.

OLIVEIRA, B.L. **Planos de contingência para vazamentos de óleo no mar:** uma análise comparativa entre Brasil, EUA e Noruega. 2019. 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Petróleo) – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

DISNER, G.R.; TORRES, M. The environmental impacts of 2019 oil spill on the Brazilian coast: Overview. **Rev Bras Gest Amb Sust.**, v. 7, n. 15, p. 241-256, 2020.

FAVERO, E. *et al.* O desastre na perspectiva sociológica e psicológica. **Psicol Est.**, v. 19, n. 2, p. 201-209, 2014.

FREITAS, C.M. *et al.* Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência – lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana. **Ciêns Saúde Col.**, v. 17, n. 06, p. 1577-1586, 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mais de 65 mil pescadores afetados por manchas de óleo irão receber auxílio emergencial. **Notícias**, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mais-de-65-mil-pescadores-artesanais-atingidos-por-manchas-de-oleo-irao-receber-auxilio-emergencial>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Anuário de Desastres Naturais, 2013**. Brasília: MDR, 2013 Disponível em: [https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/AnuariodeDesastresNaturais\\_2013.pdf](https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/AnuariodeDesastresNaturais_2013.pdf). Acesso em: 30 abr. 2020.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Manchas de óleo/litoral brasileiro**. 2020. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo>. Acesso em: 30 out. 2020.

PERNAMBUCO. Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde. Intoxicações exógenas relacionadas à exposição ao petróleo no litoral de Pernambuco. **Informe nº 6**, 2019. Disponível em: [https://12ad4c92-89c7-4218-9e11-0ee136fa4b92.filesusr.com/ugd/3293a8\\_c5ecdbfcb41a4a0fb92ac3fa780e718d.pdf](https://12ad4c92-89c7-4218-9e11-0ee136fa4b92.filesusr.com/ugd/3293a8_c5ecdbfcb41a4a0fb92ac3fa780e718d.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.

MARANDOLA JUNIOR, E. Morte e vida do lugar: experiência política da paisagem. **Pensando Rev Filos**, v. 8, n. 16, p. 33-50, 2017.

MCFARLANE, A.C.; NORRIS, F. Definitions and concepts in disaster research. *In*: NORRIS, F. *et al.* (org.). **Methods for disaster mental health research**. New York: Guilford Press, 2006.

NOAL, D.S. *et al.* A atuação do psicólogo em situações de desastres: algumas considerações baseadas em experiências de intervenção. **Rev Entrelinhas**, n. 62, p. 4-5, 2013.

FUNDAÇÃO PROJETO TAMAR. Óleo nas praias do Nordeste: atuação do Projeto Tamar para proteger as tartarugas marinhas. 2019. Disponível em: <https://www.tamar.org.br/noticia1.php?cod=931>. Acesso em: out. 2020.

PENA, P.G.L. *et al.* Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. **Cad Saúde Públ.**, v. 36, n. 2, e00231019, 2020.

RAFALOSKI, A.R. **Atenção psicossocial às pessoas em situação de desastre no município de Blumenau: ótica dos trabalhadores envolvidos.** 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2017.

SANT'ANNA FILHO, O. O significado da avaliação psicológica em contextos de emergências e desastres. (Entrevista concedida). **Rev Diálogos**, ano 15, n. 10, p. 36-40, maio 2019

WWF BRASIL – World Wide Fund for Nature. O que se sabe até agora sobre o derramamento de óleo no Nordeste. **Notícias**, 12 nov. 2019. Disponível em: [https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias\\_meio\\_ambiente\\_e\\_natureza/?73944/O-que-se-sabe-ate-agora-sobre-o-derramamento-de-oleo-no-Nordeste](https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?73944/O-que-se-sabe-ate-agora-sobre-o-derramamento-de-oleo-no-Nordeste). Acesso em: 10 set. 2020.

TRINDADE, M.C.; SERPA, M.G. O papel dos psicólogos em situações de emergências e desastres. **Est Pesq Psicol.**, v. 13, n. 1, p. 279-297, 2013.

WEINTRAUB, A.C.A.M. *et al.* A atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir da práxis. **Interface Com Saúde Educ.**, v. 19, n. 53, p. 287-298, 2015.

---

**Recebido em:** 30 de Outubro de 2021

**Avaliado em:** 5 de Setembro de 2021

**Aceito em:** 10 de Setembro de 2021

---



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

---

1 Psicóloga. Universidade Tiradentes – UNIT, Aracaju, SE. Brasil. ORCID 0000-0002-2281-8431.  
E-mail: [lilian.silva@souunit.com.br](mailto:lilian.silva@souunit.com.br)

2 Psicóloga. Universidade Tiradentes – UNIT, Aracaju, SE. Brasil. E-mail: [marianaferreira\\_97@hotmail.com](mailto:marianaferreira_97@hotmail.com)

3 Psicóloga. Universidade Tiradentes – UNIT, Aracaju, SE. Brasil. E-mail: [is27.psi@gmail.com](mailto:is27.psi@gmail.com)

4 Psicólogo. Doutor em Saúde e Ambiente. Universidade Tiradentes – UNIT, Aracaju, SE. Brasil.  
E-mail: [cleberson.franclin@souunit.com.br](mailto:cleberson.franclin@souunit.com.br)



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaigual CC BY-SA

